



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO AO  
CREDENCIAMENTO Nº 01/2013  
PROCESSO Nº 871/2013  
INEXIGIBILIDADE Nº 03/2013.**

- **OBJETO:** Credenciamento de emissoras de rádio AM, que possuam sinal de transmissão no Município de Juiz de Fora e programação local para veiculação de programa institucional da Câmara Municipal de Juiz de Fora, com duração de 5 (cinco) minutos diários, totalizando 25 (vinte e cinco) minutos semanais de segunda a sexta-feira, em conformidade com os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII deste Edital.
- **ENTREGA DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO:**  
Local: Divisão de Expediente da Câmara Municipal de Juiz de Fora - Palácio Barbosa Lima, Rua Halfeld, nº 955, sala nº 104, centro, Juiz de Fora – MG – CEP 36.016-000.  
Dia: de 08/07/2013 até 26/07/2013  
Horário: de 09h às 11h e de 13h às 17h
- **CONSULTA AO EDITAL:** na *Internet*, através do site [www.camarajf.mg.gov.br](http://www.camarajf.mg.gov.br) ou com a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal.

**JUIZ DE FORA/MG  
2013**



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### SUMÁRIO

<b>PREÂMBULO</b>	<b>3</b>
<b>1 – DA ÁREA SOLICITANTE</b>	<b>3</b>
<b>2 – DO OBJETO</b>	<b>3</b>
<b>3 – DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA</b>	<b>4</b>
<b>4 – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO</b>	<b>5</b>
<b>5 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS</b>	<b>6</b>
<b>6 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO.</b>	<b>6</b>
<b>7 – DO JUGAMENTO DO CREDENCIAMENTO</b>	<b>8</b>
<b>8 – DO DESCREDENCIAMENTO</b>	<b>9</b>
<b>9 – DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>10 – DOS RECURSOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL</b>	<b>10</b>
<b>11 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS</b>	<b>11</b>
<b>ANEXO I – PROJETO BÁSICO</b>	<b>13</b>
<b>ANEXO II – DO ORÇAMENTO ESTIMADO E DO VALOR DAS INSERÇÕES</b>	<b>21</b>
<b>ANEXO III – MODELO DE PEDIDO DE CREDENCIAMENTO</b>	<b>223</b>
<b>ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO</b>	<b>23</b>
<b>ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS</b>	<b>24</b>
<b>ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA</b>	<b>25</b>
<b>ANEXO VII – MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA À INTERPOSIÇÃO DE RECURSO</b>	<b>26</b>
<b>ANEXO VIII – MINUTA DE CONTRATO</b>	<b>27</b>



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

---

---

### PREÂMBULO

---

---

A CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, através da Comissão Permanente de Licitação, constituída pela Portaria nº 2.936, de 16 de outubro de 2013, torna público que, devidamente autorizada pelo Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, fará realizar, pelo período de 15 dias úteis, contados da data de publicação do presente Edital, no Palácio Barbosa Lima, sede do Poder Legislativo de Juiz de Fora, sito na Rua Halfeld, nº 955, Centro, nesta cidade, o **CRENCIAMENTO** de emissoras de rádio AM, que possuam sinal de transmissão no Município de Juiz de Fora e programação local para veiculação de programa institucional da Câmara Municipal de Juiz de Fora, com duração de 5 (cinco) minutos diários, totalizando 25 (vinte e cinco) minutos semanais de segunda a sexta-feira, em conformidade com os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII deste Edital, com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas modificações posteriores, com o Ato da Mesa Diretora nº 137, de 02 de agosto de 2013 e com disposto no presente Edital.

---

---

### 1 – DA ÁREA SOLICITANTE

---

---

**1.1** – Coordenadoria de Comunicação Social da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

---

---

### 2 – DO OBJETO

---

---

**2.1** – Credenciamento de emissoras de rádio AM, que possuam sinal de transmissão no Município de Juiz de Fora e programação local para veiculação de programa institucional da Câmara Municipal de Juiz de Fora, com duração de 5 (cinco) minutos diários, totalizando 25 (vinte e cinco) minutos semanais de segunda a sexta-feira, em conformidade com os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII deste Edital

**2.2** – Das Especificações do Objeto

**2.2.1** – As emissoras de rádio devem possuir sinal de transmissão no município de Juiz de Fora.

**2.2.2** – As emissoras de rádio devem estar legalizadas junto ao Ministério das Comunicações e a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), apresentando, no ato do credenciamento, os documentos comprobatórios.

---

---

### 3 – DO PEDIDO DE CRENCIAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

---

---

**3.1** – Na vigência deste ato convocatório a Câmara Municipal de Juiz de Fora receberá pedidos de credenciamento de emissoras de rádio comerciais AM, que possuam sinal de transmissão no Município de Juiz de Fora, conforme modelo que integra o ANEXO III, cuja observância às exigências constantes neste Edital, no Ato da Mesa Diretora nº



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

137/2013 e, no que couber, na Lei Federal nº 8.666/93, é obrigatória por todas as interessadas.

**3.2** – O pedido de credenciamento e a documentação de pré-qualificação deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Licitação, na forma especificada no item 3.4, e entregue no protocolo da Câmara Municipal de Juiz de Fora, que funciona na Divisão de Expediente, na sala nº 103 do Palácio Barbosa Lima, sede do Poder Legislativo de Juiz de Fora, situado na Rua Halfeld, nº 955, centro, nesta cidade, ou remetidos para o mesmo endereço, pelo correio, com o devido aviso de recebimento – “AR”, de 05/07/2013 até 19/07/2013, no horário de 09h as 11h e de 13h as 17h.

**3.3** – O pedido de credenciamento deverá ser apresentado em papel timbrado da proponente, devidamente datilografado ou digitado, sem emendas, rasuras, entrelinhas, ou ambiguidade, contendo, no mínimo, as informações abaixo mencionadas, instruído com os documentos de habilitação para pré-qualificação solicitados no **item 6** deste Edital:

**a)** dados da proponente: razão social (e de fantasia, se houver), CNPJ, endereço, fone, fax, celular e e-mail;

**b)** declaração de que possui estrutura disponível e suficiente com pessoal técnico adequado para a execução do serviço;

**c)** tabela de preços e comprovante de que o mesmo está de acordo com o praticado no mercado (entregar, em anexo, duas propostas apresentadas anteriormente a outros clientes).

**3.4** - Os pedidos de credenciamentos e demais documentos exigidos neste Edital deverão ser entregues em envelopes **fechados e rubricados no fecho** e, de preferência, **opacos**, contendo em suas partes externas e frontais, os seguintes dizeres:

<p><b>CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA</b> <b>AOS CUIDADOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b> <b>CRENCIAMENTO Nº 01/2013</b> <b>PROCESSO Nº 871/2013</b> <b>PROponente:</b> _____ <b>CNPJ:</b> _____</p>
---

**3.5** – Será entregue à proponente um comprovante, para fins de protocolo, de recebimento do pedido de credenciamento.

**3.6** – O pedido de credenciamento e os documentos de pré-qualificação apresentados de modo incompleto, rasurados, vencidos ou em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão considerados ineptos e devolvidos às interessadas caso não seja possível a sua regularização, podendo esta emendá-la, reapresentando-o durante a vigência deste



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Edital, depois de corrigidas as pendências ou irregularidades apontadas pela Câmara Municipal.

**3.7** – Nenhum envelope será recebido após o horário e dias marcados no **item 3.2** deste Edital.

**3.8** – A Comissão Permanente de Licitação não se responsabiliza pelos envelopes enviados pelo correio.

**3.9** – As retificações do Edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os credenciados, devendo ser publicadas no órgão de publicação oficial do Poder Legislativo, sendo este o jornal Diário Regional.

**3.10** – O Edital poderá ser adiado ou revogado por razões de interesse público, ou anulado por razões de ilegalidade, sem que caiba aos credenciados qualquer indenização por esses fatos, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

**3.11** – A apresentação do pedido de credenciamento vincula a credenciada, sujeitando-a, integralmente, às condições deste Edital e seus anexos.

**3.12** – Para consulta e conhecimento dos interessados, o Edital estará à disposição no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Juiz de Fora na Internet, no endereço <http://www.camarajf.mg.gov.br>.

**3.13** – Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir dúvidas acerca do objeto deste Edital e seus anexos, por escrito, através do e-mail [cpl@camarajf.mg.gov.br](mailto:cpl@camarajf.mg.gov.br) ou por meio de correspondência encaminhada para o endereço constante no preâmbulo deste Edital, ambas dirigidas à Comissão Permanente de Licitação, não sendo aceito, em nenhuma hipótese, o encaminhamento sob outra forma ou fora do prazo estipulado no **item 3.2** deste Edital. A resposta será enviada ao interessado por e-mail ou correspondência.

**3.14** – Não será fornecido Edital via fax ou Correio.

**3.15** – A critério do Presidente da Câmara Municipal poderá ser encaminhado correspondência a jornais impressos, de caráter informativo e educativo, com distribuição em Juiz de Fora para que promovam o seu credenciamento.

---

### 4 – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

---

**4.1** – Os serviços serão executados durante a vigência da contratação, a partir da data do recebimento, pela credenciada, da Ordem de Autorização de Serviço emitida pela Coordenadoria de Comunicação Social da Câmara Municipal de Juiz de Fora.



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**4.2** - As inserções das programações institucionais de 5 minutos serão distribuídas em número igualitário entre as emissoras de rádio credenciadas, de acordo com planejamento de mídia realizado pela Coordenadoria de Comunicação Social e pelo departamento responsável da emissora de rádio, após o credenciamento, “com base em suas tabelas oficiais de preços”.

**4.2.1** – A programação institucional de 5 minutos será fornecido pela Câmara Municipal.

**4.2.2** – Constará no planejamento referido no item 4.2 o número de inserções e dias das veiculações da publicidade institucional, especificados no contrato após o credenciamento.

**4.3** - Para a elaboração do planejamento referido no item 4.2, a emissora de rádio deverá apresentar junto com o pedido de credenciamento sua tabela oficial de preços e o comprovante de que o preço está de acordo com o praticado no mercado (entregar, em anexo, duas propostas apresentadas anteriormente a outros clientes).

**4.4** – Os serviços serão executados mediante empreitada por preço unitário.

---

---

### 5 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

---

---

**5.1** – Os recursos necessários à realização dos serviços correrão à conta da dotação orçamentária nº 01.131.0026.2229.3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

---

---

### 6 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO.

---

---

**6.1** – As emissoras de rádio interessadas em promover o seu credenciamento junto à Câmara Municipal de Juiz de Fora deverão apresentar juntamente com seu pedido de credenciamento os documentos a seguir elencados, por cópia autenticada ou em original, não sendo permitida a apresentação de protocolos em substituição às certidões solicitadas:

#### **6.1.1 – Regularidade Jurídica:**

**6.1.1.1** – No caso de sociedades comerciais/empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com as alterações vigentes, devidamente registrados, acompanhado de todas as alterações, se houver.

**6.1.1.2** – No caso de sociedade por ações, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de todas as alterações, se houver; bem como documentos de eleição de seus administradores.



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**6.1.1.3** – No caso de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova da diretoria em exercício.

**6.1.1.4** – No caso de sociedades simples, ato constitutivo ou contrato social acompanhado da comprovação da diretoria em exercício e certidão expedida por órgão de Registro Público comprovando inscrição do ato constitutivo.

**6.1.1.5** – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**6.1.1.6** – Registro junto ao Ministério das Telecomunicações.

### **6.1.2 – Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

**6.1.2.1** – Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CNPJ).

**6.1.2.2** – Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual e alvará de localização.

**6.1.2.3** – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais. As Certidões Negativas deverão ser do domicílio ou sede da empresa e estar dentro do prazo de validade.

**6.1.2.4** – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas (CPENDT), instituída pela Lei nº 12.440/2011.

**6.1.2.5** – Declaração (de acordo com o ANEXO VI) subscrita pelo representante legal da requerente de que atende ao art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, para fins de pré-qualificação ao credenciamento.

### **6.1.3 – Qualificação Econômico-Financeira:**

**6.1.3.1** – Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou execução patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede da interessada, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente do corpo da certidão, o prazo de validade da mesma.

**6.2** – O certificado de registro cadastral (CRC), emitido por órgão ou entidade pública, substitui os documentos referentes à regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira quanto às informações disponibilizadas em sistema informatizado de consulta direta.



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**6.3** – A documentação de pré-qualificação deverá ser apresentada especificamente em nome da matriz ou em nome da filial que apresentou o pedido de credenciamento, não sendo aceita a documentação da matriz quando for a filial que apresentou o pedido e vice-versa.

**6.4** – Documentos que não tenham a sua validade expressa ou legal serão considerados válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

**6.5** - Os documentos solicitados neste Edital deverão estar em plena vigência na data de sua apresentação.

**6.6** – Os documentos necessários à pré-qualificação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro integrante da Comissão Permanente de Licitação.

**6.7** – A autenticação por Membro da Comissão Permanente de Licitação, de que trata este item, deverá ser realizada previamente à apresentação dos documentos de pré-qualificação, na sala nº 106 do Palácio Barbosa Lima, sede da Câmara Municipal de Juiz de Fora, situada na Rua Halfeld, nº 955, Centro, Juiz de Fora/MG, CEP 36016-000, no horário de 09h as 11h e de 14h as 17h.

**6.8** - É vedada fotocópia efetuada por fac-símile.

---

---

### 7 – DO JUGAMENTO DO CREDENCIAMENTO

---

---

**7.1** – As emissoras de rádio que atenderem a todos os requisitos previstos neste Edital de Credenciamento serão julgadas habilitadas na pré-qualificação e, portanto, credenciadas na Câmara Municipal de Juiz de Fora, pelo período até 31 de dezembro de 2013, encontrando-se aptas a serem convocadas para prestar os serviços aos quais se credenciaram.

**7.2** - O resultado da pré-qualificação será publicado no órgão de imprensa oficial do Poder Legislativo Municipal e divulgado no sítio eletrônico da Câmara Municipal na Internet, no endereço [www.camarajf.mg.gov.br](http://www.camarajf.mg.gov.br), em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data prevista para o término da vigência deste Edital.

**7.3** – O credenciamento não estabelece qualquer obrigação da Câmara Municipal em efetivar a contratação do serviço, face à sua precariedade e, por isso, a qualquer momento, a credenciada ou a Câmara Municipal poderá renunciar ao credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Edital, no Ato nº 137/2013 e na Lei nº 8.666/93, cujo deferimento, caso seja solicitada pela credenciada, deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

7.3.1 – A apresentação do pedido de descredenciamento não desincumbe a credenciada do cumprimento de obrigações firmadas em Contrato e que estejam em execução.

---

### 8 – DO DESCREDENCIAMENTO

---

8.1 – Durante a vigência do credenciamento, a credenciada deverá cumprir contínua e integralmente o disposto neste Edital e seus anexos, no Ato nº 137/2013 e nos Contratos firmados com a Câmara Municipal, mantendo, inclusive, as condições de pré-qualificação.

8.2 – O não cumprimento das disposições mencionadas neste Edital e seus anexos, no Ato nº 137/2013 e, subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666/93, poderá acarretar as seguintes penalidades à credenciada, garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, assim como as previstas na Minuta do Contrato, constante no ANEXO VIII:

- I – advertência, por escrito;
- II – suspensão temporária do seu credenciamento;
- III - descredenciamento.

---

### 9 - DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

---

9.1 – Após publicação da homologação, dar-se-á início ao processo de contratação, que será formalizado mediante instrumento de Contrato, com observância do disposto na Lei nº 8.666/93 e das condições previstas no Ato nº 137/2013 e neste Edital.

9.2 – A contratação da credenciada somente ocorrerá por vontade da Câmara Municipal de Juiz de Fora, desde que ela esteja em situação regular perante às exigências habilitatórias para o credenciamento.

9.3 - A credenciada, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar da convocação, deverá comparecer à Câmara Municipal de Juiz de Fora, cujo endereço consta no preâmbulo deste Edital, para assinatura do Contrato, nos moldes da minuta que compõe o ANEXO VIII.

9.4 – A recusa injustificada da credenciada em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido no **item 9.3**, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas e à aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

9.5 – O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da credenciada e pelo Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

9.6 – A credenciada deverá indicar e manter preposto, aceito pela Coordenadoria de Comunicação Social da Câmara Municipal, para representá-la na execução do Contrato.



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**9.7** – A contratação decorrente do credenciamento será publicada, em formato de extrato, no Órgão de Imprensa Oficial do Poder Legislativo Municipal.

---

### 10 – DOS RECURSOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

---

**10.1** – Das decisões da Comissão Permanente de Licitação junto à Câmara Municipal que culminarem em indeferimento do pleito de credenciamento de qualquer proponente, poderá ser interposto recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do dia subsequente à intimação dos atos ao Presidente da Câmara Municipal, assegurando-se em qualquer instância o direito à ampla defesa e ao contraditório, no prazo e forma da lei, manifestando-se previamente a Comissão Permanente de Licitação sobre o pleito recursal.

**10.2** – A petição recursal devidamente fundamentada deverá ser dirigida ao Presidente da Câmara Municipal, através da Comissão Permanente de Licitação, e protocolada na Divisão de Expediente, no endereço e horário informados no **item 3.2** deste Edital.

**10.3** – Os recursos serão recebidos, analisados e julgados de acordo com o disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**10.4** – As impugnações ao presente ato convocatório deverão ser dirigidas à Comissão Permanente de Licitação e protocoladas na Divisão de Expediente, no endereço constante no **item 3.2** deste Edital, até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para o início da pré-qualificação para o credenciamento, no horário das 10 horas às 12 horas e das 14 horas às 17 horas, podendo qualquer cidadão, inclusive, solicitar esclarecimentos e requerer providências, mediante solicitação fundamentada dirigida ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, que caberá decidir sobre a petição no prazo de 3 (três) dias úteis seguintes.

**10.5** – A impugnação feita tempestivamente por emissora de rádio não o impedirá de participar, em querendo, da pré-qualificação até a decisão definitiva a ele pertinente.

**10.6** – Sendo necessário o adiamento da data para o início da pré-qualificação (entrega dos documentos de habilitação) ou havendo necessidade de modificação no Edital, a Câmara Municipal de Juiz de Fora:

- I** – comunicará o fato aos interessados;
- II** – republicará o Edital escoimado dos eventuais vícios constatados, reabrindo o prazo para o início da pré-qualificação;
- III** – devolverá às credenciadas os documentos já entregues na Câmara Municipal, para eventuais alterações ou adaptações.

**10.7** – Não serão conhecidas impugnações apresentadas por fax, por meio eletrônico ou vencido o prazo legal.



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**10.8** – Nenhuma indenização será devida às emissoras de rádio pela elaboração e apresentação de documentação relativa ao presente Credenciamento, nem em relação às expectativas de contratação dela decorrentes.

**10.9** – Caberá recurso, **com efeito suspensivo**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação no órgão de imprensa oficial do Poder Legislativo Municipal, nos casos de habilitação ou inabilitação do interessado na pré-qualificação.

**10.9.1** – O recurso referido no item anterior será recebido no mesmo local da entrega da documentação do pedido de credenciamento e serão dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal, através da Comissão Permanente de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

**10.9.2** – O recurso interposto será comunicado aos demais credenciados, que poderão contra-arrazoá-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

---

### 11 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

---

**11.1** – As retificações do Edital por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações obrigarão a todos os credenciados e serão comunicadas por meio de entrega pessoal ou por meio de correio eletrônico.

**11.2** – O Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora somente poderá revogar o procedimento de Credenciamento por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**11.3** – Os interessados, ao participarem do Credenciamento, aceitam de forma integral e irretratável todos os termos deste Edital e seus anexos, bem como as demais instruções que o integram.

**11.4** – A Câmara Municipal de Juiz de Fora reserva-se o direito de, a qualquer tempo, durante a vigência do Edital de Credenciamento, convocar, por chamamento público ou por convite, mais interessadas para a pré-qualificação ao credenciamento, com vistas a aumentar o número de credenciadas.

**11.5** – As informações adicionais, se necessárias, serão fornecidas pela Comissão Permanente de Licitação, sito na Rua Halfeld, nº 955, sala nº 106, centro, Juiz de Fora, no horário de 09h às 11h e das 14h às 17h, pelo telefone (0\*\*32) 3313-4702 ou fax (0\*\*32) 3313-6829.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**11.6** - Sempre que houver dúvidas de ordem legal, relacionadas aos termos deste Edital, as mesmas serão sanadas com fulcro na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores e, se submetidas ao Poder Judiciário, prevalecerá o Foro da Comarca de Juiz de Fora/MG.

**11.7** – É facultado à Comissão Permanente de Licitação, em qualquer fase deste Edital, promover diligências conforme disposto no § 3º, do art. 43, da Lei nº 8.666/93.

**11.8** – São de exclusiva responsabilidade das credenciadas os ônus e obrigações decorrentes das legislações tributária, previdenciária e trabalhista, inclusive os decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas.

**11.9** – Não serão considerados motivos para descredenciamento simples omissões ou erros materiais nos documentos apresentados, desde que sejam irrelevantes, não prejudiquem o seu entendimento e, principalmente, o processamento do credenciamento.

**11.10** – Constam na Minuta do Contrato (ANEXO VIII), que é parte integrante deste Edital, as obrigações das partes, a forma de pagamento, o responsável pela fiscalização e as penalidades, dentre outros.

**11.11** – São anexos deste Edital, que dele fazem parte integrante: ANEXO I - PROJETO BÁSICO; ANEXO II – DO ORÇAMENTO ESTIMADO E DO VALOR DAS INSERÇÕES; ANEXO III - MODELO DE PEDIDO DE CREDENCIAMENTO; ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO; ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS; ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA; ANEXO VII - MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA À INTERPOSIÇÃO DE RECURSO E; ANEXO VIII - MINUTA DO CONTRATO.

Juiz de Fora, de junho de 2013.

**Alice de Senna Vitor**  
Presidente da CPL

**Márcia Aparecida Fava de Oliveira**  
Membro da CPL

**Karyna Botezine Vieira**  
Membro da CPL



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

---

---

### ANEXO I – PROJETO BÁSICO

---

---

**1 - DO SETOR REQUISITANTE:** Coordenadoria de Comunicação Social.

#### **2 - DO OBJETO**

**2.1** - Credenciamento de emissoras de rádio AM, que possuam sinal de transmissão no Município de Juiz de Fora e programação local para veiculação de programa institucional da Câmara Municipal de Juiz de Fora, com duração de 5 (cinco) minutos diários, totalizando 25 (vinte e cinco) minutos semanais de segunda a sexta-feira.

#### **2.2 - DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

**2.2.1** - As emissoras de rádio devem ser geradoras, com sede em Juiz de Fora, que veiculem em sua grade programas informativos locais/regionais, tendo pelo menos um programa com caráter informativo produzido e voltado para Juiz de Fora e região.

**2.2.2** – A programação institucional de 5 minutos será produzida pela Coordenadoria de Comunicação Social da Câmara Municipal de Juiz de Fora e terá caráter informativo e educativo.

**2.2.3** – O espaço de 5 minutos na grade de programação da emissora de rádio será para divulgação institucional do trabalho da Câmara Municipal de Juiz de Fora, como projetos e ações dos 19 vereadores.

**2.2.4** – O material produzido pela Câmara Municipal de Juiz de Fora será entregue às emissoras de rádio até às 22h do dia anterior à veiculação, podendo ser enviado por e-mail ou entregue em CD ou pen drive.

**2.2.5** – A programação de 5 minutos da Câmara Municipal de Juiz de Fora será veiculada nas emissoras de Rádio AM de segunda a sexta-feira, uma vez ao dia em cada emissora credenciada, totalizando 25 minutos semanais.

**2.2.6** – Os horários de veiculação da programação da Câmara Municipal serão definidos pela Coordenadoria de Comunicação Social, levando em consideração pesquisa prévia de emissoras de Rádio AM de Juiz de Fora realizada pela Coordenadoria de Comunicação, de grade de programação e de acordo com orientação da Presidência do Legislativo.

#### **3 - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

**3.1** – Os serviços serão executados durante a vigência do Contrato, a partir da data do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Autorização de Serviço emitida pela Coordenadoria de Comunicação Social da Contratante.



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**3.2** – O programa institucional da Câmara Municipal de Juiz de Fora será veiculado de segunda a sexta-feira, durante 5 minutos, uma vez ao dia, em cada uma das emissoras de rádio AM credenciadas.

**3.3** – O horário de veiculação será estabelecido pela Coordenadoria de Comunicação Social da Câmara Municipal, de acordo com a disponibilidade na grade de programação das emissoras, conforme planejamento a ser apresentado pelo setor após o credenciamento.

**3.4** – As emissoras de Rádio AM credenciadas não poderão alterar a data e o horário da veiculação da programação da Câmara Municipal de Juiz de Fora sem prévia autorização da Coordenadoria de Comunicação Social do Legislativo.

**3.5** – Para a elaboração do planejamento referido no item 3.3, as empresas emissoras de rádio deverão apresentar junto com o pedido de credenciamento sua tabela oficial de preços e o comprovante de que o preço está de acordo com o praticado no mercado (entregar, em anexo, duas propostas apresentadas anteriormente a outros clientes).

#### **4 - DA JUSTIFICATIVA**

O trabalho da Câmara Municipal de Juiz de Fora tem sido fundamental para o desenvolvimento econômico e social de Juiz de Fora. Os vereadores atuam conforme as funções legislativa, fiscalizadora, deliberativa, julgadora, político-parlamentar, administrativa e de assessoramento, tendo uma intensa produção. Além de projetos de Lei e a atuação parlamentar, o Legislativo também oferece diversos serviços à população e desenvolve projetos junto à Comunidade por meio do Centro de Atenção ao Cidadão (CAC). A comunicação é uma forma de democratização do poder, através do compartilhamento de informações. Além disso, gera uma proximidade com a comunidade pelo seu caráter social e é um instrumento a serviço da verdade, o princípio motor da comunicação pública.

O credenciamento visa disponibilizar o meio necessário para a divulgação do trabalho da Câmara Municipal de Juiz de Fora, mediante a veiculação de programação em emissoras de Rádio AM, de cunho informativo e de orientação social, para que um maior número de munícipes receba e informação e, ao mesmo tempo, efetuar a prestação de contas dos representantes desta Casa Legislativa e tornar possível o exercício da fiscalização sob suas atuações.

A escolha pela Rádio AM levou em consideração as características peculiares deste veículo de informação, que permitirão que a programação alcance de forma mais eficaz um grande número de pessoas. São elas:

- meio democrático, popular e de maior alcance público
- facilidade de compreensão da mensagem
- linguagem simples e direta
- público-alvo amplo, independente de faixa-etária, sexo ou classe social



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- transmissão acessível a toda população
- grande penetração nos lares
- para receber a mensagem, é somente necessário ouvir
- pode-se ouvir as notícias ao mesmo tempo que efetua-se outros trabalhos
- veículo multiplicador de informação
- a rádio AM prioriza o diálogo, é espaço de discussão e de jornalismo imediato.
- Seja na notícia, na utilidade pública ou no entretenimento a AM tem sua linguagem própria - mais extensiva e explicativa.

A abertura de processo de contratação direta por meio de “credenciamento”, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e do Ato nº 137/2011 da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Juiz de Fora, objetiva a criação de uma sintonia de igualdade nas condições de compra dos espaços de comunicação do meio radiofônico entre os participantes.

Dentre as várias possibilidades analisadas pela Coordenadoria de Comunicação Social, concluiu-se que o critério de igualdade de tempo diário e semanal de programação, tomando-se por base o menor preço praticado em determinadas faixas de horário no mercado juiz-forano é o mais justo, por não permitir que ocorra o superfaturamento. Ressalte-se que os valores cobrados no mercado foram previamente levantados pela Coordenadoria de Comunicação Social (Anexo I – **Do orçamento estimado e do valor das inserções**).

Outras alternativas foram estudadas pela Coordenadoria de Comunicação, como adotar um preço médio entre os valores das inserções, tomando como base as emissoras locais que se enquadram nos pré-requisitos para credenciamento. No entanto, o preço médio estimado elevaria o custo de inserção em determinada emissora, o que caracterizaria superfaturamento.

Baseado no que dita o Conselho Executivo das Normas-Padrão (CENP) das Atividades Publicitárias, que *“os veículos comercializarão seu espaço, seu tempo e seus serviços com base em tabelas de preços de conhecimento público, válidas, indistintamente, tanto para os negócios que os Anunciantes lhes encaminharem diretamente, como para os que lhes encaminharem através das suas Agências”*, concluímos que a melhor maneira de atender ao interesse público, respeitando as normas para o credenciamento, reforçando o princípio de igualdade entre os participantes, é seguir o preço de mercado praticado por cada emissora.

### 5 - DO CREDENCIAMENTO

**5.1** - O prazo de validade do Edital de Credenciamento regulado por este Projeto Básico será até 31 de dezembro de 2013, contados da data de sua publicação no órgão da imprensa oficial do Poder Legislativo.



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**5.2** - Na vigência do ato convocatório, a Câmara Municipal receberá pedidos de credenciamento de emissoras de televisão, cuja observância às exigências constantes neste Projeto Básico, no Ato da Mesa Diretora n. 137/2011 e, no que couber, na Lei Federal nº 8.666/93, é obrigatória por todas as interessadas.

**5.3** - Os envelopes contendo o pedido de credenciamento e a documentação de pré-qualificação deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Licitação e entregues no protocolo da Câmara Municipal de Juiz de Fora, que funciona na Divisão de Expediente, na sala nº 103 do Palácio Barbosa Lima, sede do Poder Legislativo de Juiz de Fora, situado na Rua Halfeld, nº 955, centro, nesta cidade, ou remetidos para o mesmo endereço, pelo correio, com o devido aviso de recebimento – “AR”, no período estabelecido no horário de 09h as 11h e de 13h as 18h.

**5.4** - O pedido de credenciamento deverá ser apresentado em papel timbrado da própria requerente, devidamente datilografado ou digitado sem emendas, rasuras, entrelinhas, ou ambiguidade, instruído com os documentos de habilitação para pré-qualificação solicitados no **item 6** deste Edital e contendo, no mínimo, as informações abaixo mencionadas:

- a)** dados da requerente: razão social, (e de fantasia, se houver), CNPJ, endereço, fone, fax, celular e e-mail.
- b)** declaração de que possui estrutura disponível e suficiente com pessoal técnico adequado para a execução do serviço.
- c)** tabela de preços.

**5.5** - Estarão credenciadas a realizar os serviços, as empresas que apresentarem corretamente a documentação exigida, concordando com os valores propostos pela Câmara Municipal de Juiz de Fora.

**5.6** - Será fornecido à proponente um comprovante, para fins de protocolo, de recebimento do pedido de credenciamento.

**5.7** - O pedido de credenciamento ou os documentos de pré-qualificação apresentados incompletos, rasurados, vencidos ou em desacordo com o estabelecido no Projeto Básico, serão considerados ineptos e devolvidos às interessadas, caso não seja passível a sua regularização, podendo esta emendá-la, reapresentando-o durante a vigência do Edital, após corrigidas as pendências ou irregularidades apontadas pela Câmara Municipal.

**5.8** - A apresentação do pedido de credenciamento vincula a interessada, sujeitando-a, integralmente, às condições deste Projeto Básico e de seus anexos.

**5.9** - Não poderá participar direta ou indiretamente deste procedimento os legalmente impedidos por força do que determina o art. 9º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### 6 – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

6.1 – O prazo de vigência do credenciamento será até 31 de dezembro de 2013.

### 7 - DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

7.1 - As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de dotação orçamentária própria para atender a dispêndio desta natureza.

### 8 - DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

8.1 - O valor global estimado da contratação é de R\$ 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais).

### 9 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 - O pagamento será efetuado pela Divisão de Contabilidade da Câmara Municipal, mediante ordem bancária na **conta corrente** nº \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, **agência** \_\_\_\_\_, fornecida pela Credenciada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da apresentação da competente nota fiscal/fatura junto à Divisão de Expediente da Câmara Municipal, depois de aceita e atestada em documento de fiscalização, por servidor lotado na Coordenadoria de Comunicação Social, setor responsável pela fiscalização da contratação.

9.2 - Para efeito de pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada do Certificado de Regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, pelo Certificado de Regularidade à Seguridade Social – INSS, emitido pelo Ministério da Fazenda, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas (CPENDT), instituída pela Lei nº 12.440/2011 e da autorização de uso da Nota Fiscal Eletrônica.

9.3 - No caso da não apresentação da documentação de que trata o **item 9.2** ou da prestação dos serviços estar em desacordo com as especificações e demais exigências da contratação, fica a Câmara Municipal autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à Credenciada, das penalidades previstas neste Projeto Básico.

9.4 - Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### 10 - DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO

**10.1** - A execução da prestação dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Coordenadoria de Comunicação Social, através de servidor especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

### 11 - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

**11.1** - Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento, devendo comunicar à Câmara Municipal, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da contratação.

**11.2** - Fornecer toda a mão-de-obra e equipamentos necessários à fiel e perfeita execução dos serviços.

**11.3** - Responder pela correção e qualidade dos serviços, observando as normas éticas e técnicas aplicáveis, reparando, corrigindo, removendo, reconstruindo ou substituindo às suas expensas, no total ou em parte, esses serviços, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução ou do emprego de materiais inadequados.

**11.4** - Assistir à Coordenadoria de Comunicação Social da Câmara Municipal em todas as áreas afetas ao objeto da contratação.

**11.5** - Garantir o cumprimento do Contrato, executando o seu objeto conforme estabelecido.

**11.6** - Arcar com todas as despesas relativas aos encargos tributários, fiscais, previdenciários, securitários e trabalhistas, que incidam ou venham incidir sobre a prestação dos serviços.

**11.7** - Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem como cumprir, rigorosamente, todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas ao pessoal que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

**11.8** - Responsabilizar-se única, integral e exclusivamente, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza que causar à Câmara Municipal ou a terceiros, provenientes da execução do objeto da contratação, respondendo por si ou por seus sucessores, ficando ainda sob sua responsabilidade, a fidelidade das informações a serem prestadas.



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### 12 - DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

**12.1** - Proporcionar à Credenciada condições para a fiel execução do objeto contratado.

**12.2** - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela Credenciada.

**12.3** - Notificar a Credenciada, por escrito, acerca da aplicação de penalidade, garantindo-lhe a prévia defesa.

**12.4** - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada.

**12.5** - Impedir que terceiros executem o serviço contratado.

**12.6** - Efetuar o pagamento à Credenciada no prazo e condições estipuladas no **item 9.1** deste Projeto Básico.

### 13 - DAS PENALIDADES

**13.1** - O descumprimento de qualquer cláusula contratual por parte da Credenciada, além das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, importará na aplicação de multa, conforme estabelecidas no **item 13.2** deste Projeto Básico.

**13.2** - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

**a)** 5% (cinco por cento) por 1 (um) dia de atraso na execução do objeto, calculados sobre o valor da contratação, por ocorrência;

**b)** 10% (dez por cento) por 2 (dois) dias de atraso na execução do objeto, calculados sobre o valor da Contratação, por ocorrência, com a possível rescisão contratual;

**c)** 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, na hipótese da Credenciada, injustificadamente, desistir da contratação ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a Câmara Municipal, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

**13.3** - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado do pagamento devido pela Câmara Municipal ou poderá ser pago por meio de guias próprias, emitidas pela Credenciada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação para o pagamento.

**13.4** - A inexecução total da contratação importará à CREDENCIADA a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Direta ou Indireta, pelo prazo de até 2 (dois) anos, contados da aplicação de tal medida punitiva.



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**13.5** - A execução dos serviços fora das características originais também ocasionará a incidência da multa prevista no **item 13.2**, pois, nessa situação, a desconformidade de especificações equivalerá a não execução do serviço.

**13.6** - As sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**13.7** - As penalidades previstas neste Projeto Básico poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério do Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, se entender a justificativa apresentada pela Credenciada como relevante.

### **14 – DO DESCREDENCIAMENTO**

**14.1** - O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas neste Projeto Básico, ensejará, dependendo da gravidade ou dano acarretado à Câmara Municipal de Juiz de Fora, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório, a sua imediata exclusão do rol de credenciados (descredenciamento), sem prejuízo de aplicação das demais sanções administrativas e civis previstas neste Projeto Básico e na legislação aplicável ao caso.

### **15 – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**15.1** - A inexecução total ou parcial da contratação poderá ensejar sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

**15.2** - A rescisão da contratação poderá se dar sob qualquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

Juiz de Fora, 7 de junho de 2013.

---

BRUNA RIBEIRO BARBOSA  
Coordenadora de Comunicação Social

Aprovo o Projeto Básico:  
Julio Gasparetto  
Presidente da Câmara Municipal



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

---

---

### ANEXO II

---

---

#### DO ORÇAMENTO ESTIMADO E DO VALOR DAS INSERÇÕES

Orçamento total estimado para o Credenciamento de emissoras de rádio AM, que possuam sinal de transmissão no Município de Juiz de Fora e programação local para veiculação de programa institucional da Câmara Municipal de Juiz de Fora, com duração de 5 (cinco) minutos diários, totalizando 25 (vinte e cinco) minutos semanais de segunda a sexta-feira, em conformidade com os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII deste Edital.

**R\$ 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais)**

A Câmara Municipal se reserva o direito de, a seu exclusivo juízo, utilizar ou não a totalidade da verba prevista para a execução dos serviços.

O valor a ser pago pela veiculação de cada inserção de programação institucional de 5 minutos será de:

**Para emissora AM de segunda a sexta, das 7:30 às 8:00h,  
será pago o valor máximo de R\$ 300,00 por dia, totalizando  
R\$ 6.000,00 mensais.**

**Para emissora AM, de segunda a sexta, das 17:00 às 17:30h,  
será pago o valor máximo de R\$ 180,00 por dia, totalizando  
R\$ 3.600,00 mensais.**



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

---

---

### ANEXO III

---

---

#### MODELO DE PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

À Câmara Municipal de Juiz de Fora

Comissão Permanente de Licitação

Ref.: PEDIDO DE CREDENCIAMENTO - Edital de Credenciamento nº 01/2013

A emissora de rádio \_\_\_\_\_ (razão social e de fantasia, se houver), CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, fone \_\_\_\_\_, fax \_\_\_\_\_, celular \_\_\_\_\_ e e-mail \_\_\_\_\_, após examinar todas as cláusulas e condições estipuladas no Edital em referência, apresenta o pedido de pré-qualificação para o credenciamento, nos termos consignados no citado ato convocatório e seus anexos, com os quais concordamos plenamente, declarando que possui estrutura disponível e suficiente com pessoal técnico adequado para a execução dos serviços ora propostos.

Informa que o pedido ora formulado abrange os serviços discriminados no Edital convocatório.

Compromete-se a fornecer à Câmara Municipal de Juiz de Fora, quaisquer informações ou documentos eventualmente solicitados e informar toda e qualquer alteração na documentação referente à sua habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal relacionadas às condições de credenciamento.

Declara estar ciente de que a qualquer momento, a Câmara Municipal poderá cancelar o credenciamento, sem qualquer direito à indenização, e que não há obrigatoriedade de contratação.

Enfim, declara ciente de que a contratação dos serviços constantes do Edital, não gera qualquer tipo de vínculo empregatício dos profissionais desta empresa com a Câmara Municipal, razão pela qual, arcaremos com todas as despesas de natureza previdenciária e trabalhista ou de eventuais demandas trabalhistas relativas aos profissionais selecionados para atendimento do presente credenciamento, inclusive com relação aos demais encargos incidentes sobre a prestação do serviço.

(Local), \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

\_\_\_\_\_  
(Identificação e assinatura da pessoa física ou Identificação e assinatura do representante legal da Emissora de Rádio)

(CPF da pessoa física ou Razão Social e CNPJ/MF da Emissora de Rádio)

(Endereço / endereço eletrônico).

Conta Bancária: Agência: \_\_\_\_\_ Conta Corrente: \_\_\_\_\_



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

---

---

### ANEXO IV

---

---

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO

A signatária, para fins de participação no Credenciamento nº 01/2013, realizado junto à Câmara Municipal de Juiz de Fora, declara, sob as penas da Lei, que não existem fatos supervenientes que impossibilitem a sua habilitação no credenciamento, já que continuam satisfeitas as exigências contidas no art. 27 da Lei 8.666/93.

E, por ser a expressão fiel da verdade, firma a presente.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

\_\_\_\_\_  
(Nome da Empresa e de seu Representante Legal)

**OBS.: Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.**



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

---

---

### ANEXO V

---

---

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa \_\_\_\_\_,  
participante do Credenciamento nº 01/2013, realizado pela Câmara Municipal, Processo  
nº 871/2013, manterá, em Juiz de Fora, durante a vigência contratual, instalações,  
aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto do  
Credenciamento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

\_\_\_\_\_  
(representante legal)

**OBS.: Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a  
proponente.**



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

---

---

### ANEXO VI

---

---

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

....., inscrita no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., **DECLARA, sob as penas da Lei, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; não emprega menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz; e não emprega menor de quatorze anos em qualquer condição.

Declara, ainda, empregar menores de quatorze a dezesseis anos na condição de aprendiz.

.....  
(data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo  
(representante legal)

(Observação: somente inserir o segundo parágrafo se o mesmo corresponder à realidade da credenciada)

**OBS.: Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.**



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

---

---

### ANEXO VII

---

---

#### MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA À INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

A empresa abaixo identificada, participante do Credenciamento nº 01/2013, realizado pela Câmara Municipal de Juiz de Fora, Processo nº 871/2013, vem, através de seu(s) representante(s), perante a Comissão Permanente de Licitação, declarar, na forma e sob pena da Lei Federal nº 8.666/93, que não pretende recorrer da decisão da Comissão que julgou os documentos de Credenciamento, **RENUNCIANDO, EXPRESSAMENTE**, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, concordando, em consequência, com o curso do procedimento de contratação.

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

\_\_\_\_\_  
(Nome da Empresa e de seu Representante Legal)



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

---

---

### ANEXO VIII

---

---

#### MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FIRMAM A  
CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA  
E A EMPRESA \_\_\_\_\_.

A Câmara Municipal de Juiz de Fora, sediada na Rua Halfeld nº 955, Centro, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Presidente Vereador \_\_\_\_\_, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_, portador da Cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_\_\_\_, residente e domiciliado nesta cidade \_\_\_\_\_, que este subscreve, e a empresa \_\_\_\_\_, estabelecida na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, que a este subscreve, precedido do procedimento de Credenciamento nº 01/2013, Processo nº 871/2013, firmam o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, e do Ato nº 137, de 02 de agosto de 2013, de acordo com as seguintes condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1** – Veiculação de programa institucional da Câmara Municipal de Juiz de Fora, em regime de empreitada por preço unitário, de acordo com as especificações e condições previstas neste Contrato.

**1.1.1** - O programa institucional terá duração de 5 (cinco) minutos diários, totalizando 25 (vinte e cinco) minutos semanais de segunda a sexta-feira.

**1.1.2** – O programa institucional a ser veiculado será fornecido pela CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

**2.1** – A veiculação de programa institucional de 5 minutos diários deverá ser realizada de acordo com o planejamento de mídia a seguir especificado:

**2.1.1** - As emissoras de rádio devem ser geradoras, com sede em Juiz de Fora, que veiculem em sua grade programas informativos locais/ regionais, tendo pelo menos um programa com caráter informativo produzido e voltado para Juiz de Fora e região.



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**2.1.2** – A programação institucional de 5 minutos será produzida pela Coordenadoria de Comunicação Social da Câmara Municipal de Juiz de Fora e terá caráter informativo e educativo.

**2.1.3** – O espaço de 5 minutos na grade de programação da emissora de rádio será para divulgação institucional do trabalho da Câmara Municipal de Juiz de Fora, como projetos e ações dos 19 vereadores.

**2.1.4** – O material produzido pela Câmara Municipal de Juiz de Fora será entregue às emissoras de rádio até às 22h do dia anterior à veiculação, podendo ser enviado por e-mail ou entregue em CD ou pen drive.

**2.1.5** – A programação de 5 minutos da Câmara Municipal de Juiz de Fora será veiculada nas emissoras de Rádio AM de segunda a sexta-feira, uma vez ao dia em cada emissora credenciada, totalizando 25 minutos semanais.

**2.1.6** – Os horários de veiculação da programação da Câmara Municipal definidos pela Coordenadoria de Comunicação Social, levando em consideração pesquisa prévia de emissoras de Rádio AM de Juiz de Fora realizada pela Coordenadoria de Comunicação, de grade de programação e de acordo com orientação da Presidência do Legislativo é a seguinte:

<b>Dia</b>	<b>Horário</b>	<b>Número de inserções</b>

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

**3.1** – Os serviços serão executados durante a vigência do Contrato, a partir da data do recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Autorização de Serviço emitida pela Coordenadoria de Comunicação Social da CONTRATANTE.

**3.2** - Os serviços serão executados de acordo com o planejamento de mídia especificado no item 2.1 deste Contrato.

### CLÁUSULA QUARTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

**4.1** – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização dos serviços, bem assim para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- a) O Edital de Credenciamento nº 01/2013 e seus anexos.
- b) O Pedido de Credenciamento da CONTRATADA.



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**5.1** – Pelo objeto contratado a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) por inserção de 5 (cinco) minutos diários, totalizando 25 (vinte e cinco) minutos semanais, de segunda a sexta-feira perfazendo o valor mensal de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) e total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**5.2** – Os valores referidos no item 5.1 são finais, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos nos mesmos todas as demais despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

**5.3** - As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de dotação orçamentária nº 01.131.0026.2229.3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

**5.4** - O pagamento será efetuado pela Divisão de Contabilidade da CONTRATANTE, creditado em favor da CONTRATADA, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta e descrita abaixo, em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis posteriores à data de apresentação da competente nota fiscal/fatura junto à Divisão de Expediente da CONTRATANTE e, em anexo a esta, o Atestado de Fiscalização emitido pela Coordenadoria de Comunicação Social, responsável pela fiscalização do Contrato:

BANCO: \_\_\_\_\_

AGÊNCIA: \_\_\_\_\_

CONTA CORRENTE: \_\_\_\_\_

**5.5** - Para efeito de pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada do Certificado de Regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, pelo Certificado de Regularidade à Seguridade Social – INSS, emitido pelo Ministério da Fazenda, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas (CPENDT), instituída pela Lei nº 12.440/2011 e da autorização de uso da Nota Fiscal Eletrônica.

**5.6** – No caso da não apresentação da documentação de que trata o **item 5.5** ou da prestação dos serviços estar em desacordo com as especificações e demais exigências previstas neste Contrato, fica a CONTRATANTE autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à CONTRATADA, das penalidades previstas neste mesmo instrumento.

**5.7** – Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.



## CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**5.8** – O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejam o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**5.9** – A Coordenadoria de Comunicação Social, fiscalizadora do contrato, terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis para realizar a verificação da nota fiscal/fatura apresentada e proceder à sua aceitação por meio do correspondente Atestado de Fiscalização.

**5.10** – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade por inadimplemento, até que o total de seus créditos possa compensar seus débitos.

**5.11** – Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer nota fiscal/fatura ou crédito existente na CONTRATANTE em favor da CONTRATADA. Caso a mesma seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

**5.12** - A CONTRATANTE poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela CONTRATADA, por força deste Contrato.

**5.13** – Durante o período de retenção, não correrão juros ou atualizações monetárias de quaisquer naturezas, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste Contrato.

**5.14** – Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreção, serão devolvidos, e o prazo para pagamento contar-se-á da data de reapresentação da fatura/nota fiscal.

**5.15** – Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da CONTRATANTE, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, e os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculada através das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$
$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**5.16** - Para a hipótese definida no item 5.15, a CONTRATADA fica obrigada a emitir fatura suplementar, identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de fatura em atraso por inadimplemento da CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**6.1** – A vigência do Contrato iniciar-se-á a partir da data de sua assinatura e encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2013.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1** – Manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da contratação.

**7.2** – Fornecer toda a mão-de-obra e equipamentos necessários à fiel e perfeita execução dos serviços.

**7.3** – Responder pela correção e qualidade dos serviços, observando as normas éticas e técnicas aplicáveis, reparando, corrigindo, removendo, reconstruindo ou substituindo às suas expensas, no total ou em parte, esses serviços, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução ou do emprego de materiais inadequados.

**7.4** – Assistir à Coordenadoria de Comunicação Social da CONTRATANTE em todas as áreas afetas ao objeto da contratação.

**7.5** – Executar o objeto deste Contrato dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas legais e técnicas a ele pertinentes.

**7.6** – Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem como cumprir, rigorosamente, todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas ao pessoal que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.

**7.7** – Responsabilizar-se única, integral e exclusivamente, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução do objeto da contratação, respondendo por si ou por seus sucessores, ficando ainda sob sua responsabilidade, a fidelidade das informações a serem prestadas.



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**8.1** - Proporcionar à CONTRATADA condições para a fiel execução do objeto contratado.

**8.2** - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

**8.3** - Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca da aplicação de penalidade, garantindo-lhe a prévia defesa.

**8.4** - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

**8.5** - Impedir que terceiros executem o serviço contratado.

**8.6** - Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo e condições estipuladas no item 5.4 deste Contrato.

### CLÁUSULA NONA - DA EXECUÇÃO, ALTERAÇÃO, INEXECUÇÃO OU RESCISÃO DO CONTRATO

**9.1** – Este Contrato regular-se-á, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão e, especialmente nos casos omissos, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e suas alterações posteriores, pelas disposições deste Contrato e pelos preceitos do Direito Público.

**9.2** - O Contrato poderá, com base nos preceitos de Direito Público, ser rescindido pela CONTRATANTE, a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, não cabendo à CONTRATADA direito a qualquer reclamação ou indenização.

#### **9.3 – Das condições de execução**

**9.3.1** - O objeto deste Contrato deverá ser executado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas legais e técnicas a ele pertinentes.

**9.3.2** - A CONTRATANTE poderá suspender, quando julgar conveniente, a execução total ou parcial dos serviços, comunicando previamente à CONTRATADA.

**9.3.3** - A CONTRATADA deverá indicar, no ato da assinatura deste Contrato e sempre que ocorrer alteração, um representante com plenos poderes para representá-la, administrativa ou judicialmente, assim como decidir acerca de questões relativas ao objeto deste Contrato.



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**9.3.4** - O representante deverá possuir o conhecimento e a capacidade necessários para responder pela CONTRATADA, bem como ter autonomia e autoridade para resolver qualquer assunto relacionado com o objeto contratual.

**9.3.5** - Para fins de comunicação com o seu representante a CONTRATADA informará à CONTRATANTE número de telefone ou outro meio de contato igualmente eficaz.

### **9.4 - Da alteração do Contrato:**

**9.4.1** – O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, apresentadas as devidas justificativas.

### **9.5 - Da inexecução e rescisão do Contrato:**

**9.5.1** – O presente Contrato poderá ser rescindido:

a) por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

b) por acordo entre as partes, reduzido a termo;

c) na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

**9.5.2** – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

**9.5.3** - Ocorrendo a rescisão deste Contrato e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE responderá pelo preço dos serviços estipulado na **Cláusula Quinta**, devido em face dos serviços efetivamente executados pela CONTRATADA, até a data da rescisão.

**9.5.4** - Além das hipóteses anteriores, poderá a CONTRATANTE rescindir o Contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial ou pagamento de indenização, por falência, recuperação judicial, dissolução, insolvência da CONTRATADA e, em se tratando de firma individual, por morte de seu titular.

### **CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

**10.1** – O descumprimento de qualquer cláusula contratual por parte da CONTRATADA, além das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, importará na aplicação de multa, conforme estabelecidas no **item 10.2** deste Contrato.



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**10.2** – Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

- a) 5% (cinco por cento) por 1 (um) dia de atraso na execução do objeto, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência;
- b) 10% (dez por cento) por 2 (dois) dias de atraso na execução do objeto, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência, com a possível rescisão contratual;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese da CONTRATADA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a CONTRATANTE, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

**10.3** – O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado do pagamento devido pela CONTRATANTE ou poderá ser pago por meio de guias próprias, emitidas pela CONTRATADA, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação para o pagamento.

**10.4** – A inexecução total do Contrato importará à CONTRATADA a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Direta ou Indireta, pelo prazo de até 2 (dois) anos, contados da aplicação de tal medida punitiva.

**10.5** – A execução dos serviços em desacordo com as especificações previstas neste Contrato também ocasionará a incidência da multa prevista no **item 10.2**, pois, nessa situação, a desconformidade de especificações equivalerá à inexecução do serviço.

**10.6** – As sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**10.7** - O pagamento das multas aplicadas não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo cumprimento das obrigações a ela impostas por força do Contrato.

**10.8** - As penalidades previstas no Contrato poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério do Presidente da Câmara, se entender a justificativa apresentada pela CONTRATADA como relevante.

### **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CONTRATANTE**

**11.1** – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS COMUNICAÇÕES**

**12.1** - As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente Contrato, serão feitas sempre por escrito.

### **CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO**

**13.1** A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Coordenadoria de Comunicação Social, através de servidor especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**13.2** - Ao fiscalizador da contratação caberão as seguintes atribuições:

- a) verificar a execução do objeto, a fim de garantir a qualidade, dos serviços;
- b) expedir Atestado de Fiscalização dos serviços executados, tendo como base a nota fiscal/ fatura apresentada pela Licitante Vencedora, que servirá como instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá documento indispensável para a liberação do pagamento;
- c) informar à Licitante Vencedora quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto da contratação.

**13.3** - Ao fiscalizador da CONTRATANTE é assegurado o direito de realizar visitas de avaliações nas instalações da CONTRATADA e checar a eficiência dos serviços prestados, com a finalidade de acompanhar a fiel execução do contrato.

**13.4** – O fiscalizador da CONTRATANTE, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, atestará a execução dos serviços nas condições exigidas, através do correspondente Atestado de Fiscalização.

**13.5** - O recebimento do objeto da contratação somente se efetivará com a atestação referida no item 13.4.

**13.6** - O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1** - Este Contrato regular-se-á pela legislação indicada no preâmbulo e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do disposto nos artigos 54 e 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93.



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**14.2** - Este Contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da CONTRATADA com terceiros, sem autorização prévia da CONTRATANTE, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

**14.3** - Este Contrato não poderá ser utilizado, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, em operações financeiras ou como caução/garantia em contrato ou outro tipo de obrigação, sob pena de sanção, inclusive rescisão contratual.

**14.4** - A CONTRATANTE reserva-se no direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços contratados, mediante o pagamento único e exclusivo daqueles já executados.

**14.5** - A CONTRATANTE reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto ou serviço em desacordo com o previsto neste Contrato ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindi-lo nos termos do previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, assim como aplicar o disposto no inciso XI do artigo 24 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento.

**14.6** - A CONTRATANTE, conquanto caiba à CONTRATADA supervisionar os serviços levados a efeito por seus funcionários, exercerá constantemente acompanhamento da prestação dos serviços, feito este que não exime ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA no cumprimento das suas obrigações.

**14.7** - A CONTRATANTE reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

**14.8** - Qualquer tolerância por parte da CONTRATANTE, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as cláusulas deste Contrato e podendo a CONTRATANTE exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

**14.9** - Este Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a CONTRATANTE e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução do seu objeto, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

**14.10** - A CONTRATADA, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto deste Contrato, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se à CONTRATANTE o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

**14.11** - A CONTRATADA guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pela CONTRATANTE ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos, durante a vigência deste Contrato e mesmo após o seu término.

**14.12** - Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela CONTRATADA durante a execução do objeto deste Contrato serão de exclusiva propriedade da CONTRATANTE, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização deste, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, nos termos da legislação pátria vigente.

**14.13** - A inobservância dos prazos estipulados neste Contrato ocasionará a aplicação das penalidades previstas neste mesmo instrumento.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

**15.1** - Fica eleito o Foro da Comarca de Juiz de Fora, Minas Gerais, para dirimir quaisquer questões relativas ao presente Contrato que não possam ser solucionadas pelo mútuo entendimento das partes Contratantes.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para todos os efeitos legais e de direito.

Juiz de Fora, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

**CONTRATANTE**

**CONTRATADA**

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
CPF:

\_\_\_\_\_  
CPF: